

HABEAS CORPUS Nº 568.244 - RJ (2020/0071238-3)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : CLAUDENOR DE BRITO PRAZERES
ADVOGADO : CLAUDENOR DE BRITO PRAZERES - RJ093205
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : VALDECIR MAIA RODRIGUES (PRESO)
IMPETRADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de VALDECIR MAIA RODRIGUES.

A defesa narra que no HC 132.175/RJ a Eminente Ministra Laurita Vaz concedeu a ordem nos seguintes termos: *"habeas corpus concedido, de ofício, para, mantida a condenação, fixar a pena imposta ao Paciente em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, no regime inicial semiaberto, mais o pagamento de 13 (trezes) dias-multa"*.

Aduz, ainda que o paciente foi preso no regime fechado em 15 de dezembro de 2019. Por oportuno, confira-se o seguinte excerto da exordial do presente writ:

"IX- Impetrado o Hc nº 132175 / RJ perante o STJ, Relatoria da Ministra Laurita Vaz, que em data de 04/10/2010, AO JULGAR O Writ, Ante o exposto, NÃO CONHEÇO da presente ordem. CONCEDO, outrossim, WRIT, DE OFÍCIO, para, mantida a condenação, fixar a pena imposta ao Paciente nos termos acima explicitados, a ser cumprida no regime inicial semiaberto.

X- Em data de 15/12/2019, o paciente foi preso e privado de sua liberdade em seu local de trabalho, encontrado-se custodiado no presídio José Frederico Marques, em regime fechado.

XII- Ao despachar com a Magistrada o regime errôneo, foi dado no processo uma certidão, vejamos:

12/02/2020 Descrição: Recebi nesta data petição do representante de Valdecir. Considerando que não é possível a expedição de CES por ordem do TJ e a informação de que o regime semiaberto foi fixado em sede de HC, que ora foi acostado às fls. 620/621, expedi nesta data ofício de transferência do réu para o semiaberto à

SEAP

XIII - Ocorre que até a presente data o juízo Monocrático e o juízo coator não cumpriu a determinação, estando o paciente há 03 (três) meses acautelado em regime diverso." (fl. 6)

Requer, assim, a imediata transferência para o regime semiaberto e subsidiariamente, por razões epidemiológicas (Codiv-19) a prisão domiciliar.

É o relatório.

Decido.

Consoante acima relatado, ataca-se ato da Juíza da Execução Penal, porquanto a matéria aqui aventada não foi apreciada pelo Tribunal de Justiça.

Nessa seara, de acordo com o disposto no art. 105, I, alínea "c", da Carta da República, incompetente o Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar o presente feito.

A propósito, confira-se:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE AMBIGUIDADE, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU OMISSÃO NO JULGADO. IMPUGNAÇÃO DE ATO DE JUIZ DE PRIMEIRO GRAU. ABSOLUTA INCOMPETÊNCIA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. APLICAÇÃO DO ART. 34, XVIII, DO RISTJ.

1. Não há no acórdão ambiguidade, contradição, obscuridade ou omissão, consoante disposto no art. 619 do Código de Processo Penal.

2. De acordo com o art. 105, I, c, da Constituição Federal, compete a esta Corte julgar habeas corpus contra atos de Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais, o que não ocorre no caso em questão, em que se impugna ato de Juízo de primeiro grau.

3. Assim disciplina o art. 34, XVIII, do RISTJ: negar seguimento a pedido ou recurso manifestamente intempestivo, incabível, improcedente, contrário a súmula do Tribunal, ou quando for evidente a incompetência deste.

4. Na ausência de argumento apto a afastar o posicionamento anteriormente firmado, mantenho a decisão por seus próprios fundamentos.

5. Embargos de declaração rejeitados." (EDCL no HC 230.583/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JUNIOR, DJe 1.10.2014)

Superior Tribunal de Justiça

De outra parte, registra-se que o surgimento de fato novo – alegação de receio de contaminação pelo vírus Covid-19 – , deve inicialmente ser submetido ao Juízo de primeiro grau, não devendo ser analisado diretamente no Tribunal de origem ou nesta Corte Superior, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XVIII, a, Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço da presente do impetração.

Publique.

Intimações necessárias.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator